

Águas Emendadas será desapropriada

Ações começam a dar entrada na Justiça na próxima segunda-feira

As ações desapropriatórias do loteamento clandestino existente dentro da Reserva Biológica de Águas Emendadas entrarão na Justiça a partir da próxima segunda-feira. A medida, coordenada pelo chefe do grupo de trabalho de regularização fundiária da Terracap, Vicente Jungmann, garante a vigência do Decreto nº 6.004/81 que caducaria no próximo dia 3 de julho caso não tivesse toda a extensão da reserva, cerca de 10 mil hectares, desapropriada pelo Governo. A Terracap calcula o valor das terras no máximo em cerca de Cz\$ 150 milhões. Mas não sabe ainda como o Governo vai conseguir o dinheiro.

“O pior já passou e agora só faltam alguns detalhes. Toda a parte de grafia, apuração de títulos e levantamento de benfeitorias já foi concluída e a maioria dos proprietários qualificados”, garantiu Vicente Jungmann, informando a existência de mais de 90 proprietários na região da Reserva Biológica. A pri-

meira ação a entrar na Justiça na próxima segunda-feira será a de Alexandre Duma Salgado, que possui 103 hectares na Fazenda Monjolo. As Chácaras Monteiro serão desapropriadas já na semana que vem, segundo o chefe do grupo de trabalho da Terracap.

Ele diz ainda que não decidiu se vai propor uma ação comum para todos os proprietários ou se irá ajuizá-los um a um. Este assunto será discutido entre os três advogados da Terracap que estão cuidando somente deste caso para garantir a decisão prometida pelo governador José Aparecido de preservar adequadamente a reserva de Águas Emendadas, principal manancial hídrico que vai alimentar o futuro Lago de São Bartolomeu. Os estudos sobre o montante de recursos que a desapropriação custará ao Governo ainda não estão concluídos, conforme informa Vicente Jungmann.

RECURSOS

Para obter os recursos

necessários para a desapropriação do loteamento clandestino, o coordenador para Assuntos de Meio Ambiente (Coama) do GDF, Benjamin Sicsu, está elaborando um levantamento a ser enviado ao governador José Aparecido propondo algumas alternativas. “Primeiro deve entrar algum recurso da própria Terracap e do GDF. Depois talvez tenhamos que pedir dinheiro ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente”, diz Sicsu.

Apesar da preocupação com a fonte desses recursos, o coordenador de meio ambiente acredita que serão obtidos. Ele explica que o fato mais importante no momento é que as ações propostas pela Terracap contra os proprietários do loteamento clandestino sejam ajuizadas a tempo, isto é, antes do dia 3 de julho. “Ainda temos a opção de conseguir algum recurso com a Pró-Flora que a partir de novembro disporá de 800 toneladas de manga para a venda”, explica.